

Prof. João Pacheco é o expositor. Prof. do Museu Nacional, da Pós-Graduação em Antropologia. Tem um trabalho de muitos anos com os índios Tikuna, no Alto Solimões, e além disso hoje em dia dirige um Projeto que estuda a questão das terras indígenas.

Prof. Regina Bruno, há muitos anos trabalha com a questão agrária, ultimamente com a questão dos conflitos sociais no campo. O nosso convite pra Regina estar aqui... Ontem uma pessoa amiga brincava e dizia - mas a Regina não entende nada de índio, ela não podia estar nessa mesa... Mas a Regina entende da questão de conflito agrário e a gente tem a visão de que a questão indígena se insere também, é uma das facetas dessa questão maior. É uma tentativa da gente de começar a botar o pé pra fora desse gueto que a gente acaba ficando nessas questões específicas.

Prof. Bruna Francetto, doutora em antropologia também. Prof. da UFRJ. Também trabalha com índio há muito tempo.

Dr. Sérgio é advogado, que vem trabalhando nos últimos tempos conosco no projeto sobre terras indígenas que funciona no Museu Nacional. Vai tentar nos dar uma visão como é a questão jurídica das terras indígenas.

Eu queria tentar situar o que vai ser discutido aqui em termos de que nos últimos tempos nós estamos vivendo um processo de democratização da sociedade, no entanto essa chamada Nova República não tem atingido a questão indígena de uma forma geral. Então cabe perguntar o seg. - Diante da possibilidade de um governo democrático, que seria um governo petista, um governo do Lula, quais são as questões, quais são as propostas concretas que a gente traz, o que a gente tá propondo pra esse governo. O que que é nesse momento fundamental de ser pensado? Essa discussão eu acredito que tenha aí duas vertentes que é uma reformulação da política indigenista na recuperação de um respeito à constituição, de um respeito a lei, que nesse momento nos favorece. Essa é inclusive uma questão interessante de ser pensada porque quando começou o processo da constituinte a gente tinha expectativas pessimistas do que ia se dar com a questão indígena. Esse pessimismo na verdade ele se consubstanciou com relação à questão agrária. As nossas piores suspeitas se confirmaram no sentido de que... Foi quando as classes dominantes do campo se articularam e conseguiram fazer passar todos os seus interesses e o que diz respeito a gente conseguiu algumas brechas. Algumas brechas que a gente precisa se articular pra defender agora. Enfim, eu tenho a impressão que o papo vai rolar um pouco por aí. A gente vai dividir o tempo com o prof. João Pacheco fazendo a exposição e depois os debatedores se articulando, e depois que os debatedores falarem a gente abre pra discussão.

A primeira questão seria refletir um pouco sobre o problema, quer dizer, que medida esse trabalho que se está tendo aqui o que ele precisa de condições adequadas pra frutificar. Eu acho que essa é uma questão que deve ser colocada e discutida aqui. Só vai adiante avançando e acumulando em cima disso. A situação dos índios é muito diferente pra ser pensado de forma simplista assim como fosse por ex. a situação do campesinato ou a situação da classe operária brasileira, ou setores da classe operária... enfim, eu acho que há uma questão aqui de início que normalmente programas políticos, programas de governo, se articulam a partir de uma idéia

objetivos?

de interesses subjetivos, materializados com determinados interesses de classe, afetando relações de produção, interesses políticos mais concretos. Eu acho que em princípio a diversidade das populações indígenas brasileiras é um obstáculo a isso muito sério, e qualquer tentativa simplista de raciocinar a partir de uma categoria homogenizadora tipo "..... brasileiro," etc... geralmente acaba num fracasso completo, numa coisa tão repressiva em relação ao da diferença e as situações peculiares que realmente não constituem um avanço em relação ao que tá sugerido. Então nessa discussão a gente precisava enraizar um pouco melhor sobre a significação que se pode dar a um programa do Partido dos Trabalhadores constar e dar ênfase em relação a uma coisa como a questão indígena. Eu acho que certos argumentos têm que ser enfrentados. Frequentemente quem milita em relação ao problema dos índios, quem divulga notícias ou procura adesão de parlamentares/^{sindicais} etc. sempre bate com uma visão que não é só privilégio da direita, que é uma coisa um pouco mais geral, quanto ao próprio peso numérico de determinados segmentos da população. Num primeiro momento a população indígena brasileira é extremamente reduzida, segundo balanços aí estaria por volta de mil pessoas. Isso aí dá um contingente eleitoral concretamente dentro do partido de 40,50.000 pessoas. Uma capacidade de eleger talvez um vereador. Colocado em nível geral, segundo a mentalidade eleitoreira a questão indígena seria de rentabilidade mínima, ela pode ser até o último dos pedaços de um programa político. O sentido de propor essa mesa dentro da elaboração do programa é /^{não é essa a significação.} Agora, do outro lado também, existe um perigo inverso que é a de se atrelar demais a questão indígena e os interesses do índios, como eles estão materializados na lutas, a questão partidária, o que é também um problema. Porque embora os índios sejam 50.000 eles a nível nacional a única coisa que fizeram de mais significativa foi a eleição do Mário Juruna, que não foi eleito por índios mas por brancos e não foi reconduzido posteriormente ao congresso. O que eles têm de concreto em termos de índio seria uma população efetiva de representantes em várias câmaras municipais de vereadores do país. A gente conhece essa situação principalmente da região amazônica no peso médio da população indígena ela é significativa. Dentro dessa área que eu trabalho, os Tikuna, do Alto Solimões, só pra ter uma idéia, eles tem hoje 7 vereadores dentro dos municípios que os Tikuna abrangem, nenhum deles é do PT. A organização que eles fizeram partidária dentro do PT sofreu exatamente uma repressão, uma fraude violenta, e não foi eleito, era exatamente o município onde eles estavam melhor organizados, simplesmente através da fraude amazonas como em outros lugares do Brasil campeia uma das maiores localidades indígenas não recebeu o título e não votou, então com isso eles não atingiram eleitoral necessária. Então, nesse quadro, a situação é bastante diversificada? Existem lideranças significativas políticas indígenas que são pertencentes ao PT. Existem outras que não são. A nível das lideranças locais a diversidade, como eu mostrei no caso dos Tikuna, seria mais desfavorável. Tem pessoas eleitas pelo PTB, pelo PDC, pelo PFL... alianças das mais estranhas. No entanto se nós formos operar a partir de um critério simplificador - como ler o militante através da legenda partidária que ele tá ligado nós vamos achar que esse pessoal todo é pelajo, ou não relacionados a clientelas políticas, ou tão querendo ascender dentro da sociedade nacional. O que no caso de pelo menos 90% dessas pessoas não corresponde a verdade.

Eles representam efetivamente os interesses associados, desde as suas parentelas até as comunidades de origem de onde eles vêm. Então realmente simplificar a questão e atrelar inteiramente ao partidário também seria uma coisa inapropriada. Eu acho que nessa linha de formular sugestões, formular recomendações, que pudessem advir de uma visão geral do que seja a situação dos índios eu acho que o PT, no caso dessa temática específica, atravessa um problema delicada. Quando nós vamos pegar essa população indígena brasileira grande parte da platéia já deve estar muito bem informada a respeito disso, nós vamos encontrar uma situação de completa, não só cultural mas histórica, em termos inclusive de relações de produção, de relações com o Estado, relação com as forças políticas locais, então nesse quadro de uma formulação global ela tende a ser o reverso do que o PT em muitos momentos usou como sua bandeira - uma imposição de cima pra baixo, uma coisa centralizadora, que queria até calar reivindicações que estão sendo obtidos ali no local. Eu acho que é um grande desafio que vai existir aí pra esse programa, pra elaborar determinadas coisas, seria se raciocinar não a partir de uma tendência a centralização, a soluções uniformes, soluções homogenizadoras, mas a se tentar incorporar, dentro de um partido que absorve a preocupação de luta interna, de democracia interna, a idéia exatamente de diversidade, de pluralidade, de interesses divergentes, de interesses que em muitos casos num plano local podem parecer o reverso de tudo aquilo que tá sendo batalhado no plano nacional. Eu acho que é um teste importante pra um partido político ter a capacidade de absorver essas lutas e também de conduzir essas lutas - que a proposta do PT é também de ser um vaso condutor disso. E na verdade o PT tem sido, talvez não isolado, junto com outros partidos, mas tem sido sempre um vaso de expressão dos interesses indígenas. Sempre votando a favor, sempre na atuação deles parlamentar, ou extraparlamentar, tentando reforçar essa movimentação. Me parece que uma das coisas que é importante dentro dessa avaliação talvez se pensar o índio não só como interesse objetivo mas talvez o índio como símbolo político. Eu acho que desse lado ele tem uma importância enorme pro PT, pro movimento dos sem terra, e eu acho que até de repente até pros metalúrgicos de S. Bernardo ou pra qualquer outro grupo que lute contra o Estado brasileiro. A questão indígena tem sido marcada nos últimos anos por uma interpretação extremamente antagônica perante os interesses dominantes. Concretamente o PT, ou, os índios, podem ser um fator de expressão muito forte pra toda uma política de expropriação que existe por ex. contra os camponeses. Como símbolo político é muito evidente, muito forte, o fato do índio em muitos casos ser invasor de sua própria área. Ele não ter o documento legal que permite a ele resguardar aquela área. Isso seria a própria caracterização da função anti-social da propriedade no nosso país. Então por esse lado o índio é um símbolo muito importante. O índio é um simbolo também enquanto pessoa que circula um pouco a margem dessa sociedade não só como reflexo do que se dá dentro da sociedade nacional mas como também uma outra cultura. isso dentro de uma discussão, é... a proposta partidária poderia também ignorar esse tipo de problema... Quando se pensa até em termos culturais o que seria uma cultura do trabalhador, o que seria o lazer do trabalhador, as formas de organização, as formas dedele e que são diferenciadas em termos de crenças, de pensamento, do que são as formas impostas pelo



sistema. Então eu acho que situando a questão no plano cultural me parece que o índio tem uma capacidade muito grande de expressar uma condição de marginalização e estigmatização perante a população nacional. Quer dizer, desse lado, do mesmo modo, está a população negra. Evidentemente o problema indígena é um problema racial, é um problema de preconceito, é um problema da estrutura colonial onde o branco foi sempre senhor e determinadas classes trabalharam, determinados grupos, trabalharam condição de escravos, de força de trabalho dependente. Esse tipo de situação marca e torna a questão indígena uma questão potencialmente, uma questão quente. Eu acho que isso se vê, eu não vou demorar muito com isso, mas se vê surgindo, por iniciativa própria, numa romaria dos sem terra aparecer uma ^a figura de indígena, ou/ou, enfim, embora existam canais da igreja, símbolos que até possam passar por ali, mas eu acho que essa idéia como original e como cultura diferenciada ela conflita com a política do poder, de dominação dos recursos de produção, da força de trabalho, e da própria consciência da população subordinada. E nesse sentido o índio é um signo importante de rebeldia, de alguma coisa diversa. Por esse lado há que também se discutir e incorporar a questão indígena dentro do programa do PT. De fato quando a gente começou tavamos falando de relações de interesses objetivos - quando se pensa a coisa em termos de programa de governo nem sempre seriam apenas interesses que se querem Nem sempre isso seria, o programa do PT, um programa para os índios, para mobilizar os índios na luta contra o Estado brasileiro etc. Ele pode ser também um programa de um governo faceta uma série de soluções administrativas ou alternativas de gestão face a coisa pública. Uma outra maneira de usando os recursos da sociedade dar melhor assistência a essas populações. Eu acho que por um lado se nós formos entrar numa discussão muito refinada quanto a isso eu acho que nós corremos o risco de enveredar por soluções centralistas, autoritárias, e de repente numa crença de uma engenharia salvadora da questão indígena o que é extremamente perigoso. Eu acho que o que um programa deve conter em relação aos índios, ainda mais na medida em que os índios enquanto força que luta estão ausentes da elaboração desse programa eu acho que seria primordial que eles tivessem de modo claro uma espécie de mapa de alianças e conflitos em relação aos interesses que ele aceita contrariar, e aceita defender também, paralelamente. Quer dizer, concretamente qual é o grau de empenho que vai se ter face a resolução das terras dos índios e outras coisas confrontado com outras grandes políticas ^{que existem} públicas/com populações numericamente mais significativas. Eu acho que por esse lado a questão indígena bate em cheio com toda uma política de ^{desvendamento?} / ^{face as raízes} ^{mais atuais} do Estado brasileiro no sentido de centralização, de ^{militarização} de apossamento? a partir de um grupo, ^{de uma guarda pretoriana?} no poder, que desde o início da década de 80 foi primeiro dominando a questão fundiária, com a geração do, com programas dirigidos em relação aos conflitos rurais, e a partir de 85 com a Nova República começou a se crescentemente em relação a índio e que se dirige também a partir do Calha Norte pra Amazônia, pras regiões de fronteira, com uma visão geo-política herdada com os antigos bastiões da revolução de 64, com os esquemas americanos de bi-partição do mundo - ocidente/oriente, e termina atualmente com a preocupação que vamos nesta semana, neste mês, no jornal pela qua

Conselho de Segurança Nacional transformado em procura controlar praticamente toda área de meio ambiente e uso de recursos naturais no país. tu acho que essas raízes que se indica existem textos políticos sociológicos, de antropólogos sobre isso que a gente poderia simplesmente subscrever. Todos esses trabalhos indicam de um modo claro uma conexão que existiu há muitos anos em relação a questão agrária e que hoje se estende também a mineração, ao controle de madeira, ao garimpo, ao desmatamento, a questão dos incentivos fiscais. Enfim, existe um conjunto de espectros hoje que os militares controlam, acionam como cartas dentro do seu baralho, e que ao mesmo tempo são fatores de legitimação deles perante outros interesses. Seria um simplismo absoluto retomar uma idéia de desmilitarizar o Estado. Não é desmilitarizar ... É um conjunto de interesses que os militares são porta-vozes hoje, ou são até expressão perante o núcleo de poder. Então efetivamente eu acho que essa cogitação, esse quadro, tem que estar presente dentro do programa do PT, a meu ver. Se outros partidos não subscreverem eu acho que o PT precisa de um modo claro a incompatibilidade existente entre uma política indigenista apregoada pelo Conselho de Segurança Nacional e de outro lado uma política concreta, desejada, no interesse dessas populações. Isso quando se vai verificar leva a situações gritantes, que outras pessoas vão abordar em seguida. Se aprova na Constituinte uma série de coisas muito interessantes em relação aos índios, se nega a distinção entre índios aculturados e índios não-aculturados e ao mesmo tempo a política indigenista oficial aplica o que foi rejeitado pela Constituinte como de lei e não existe nenhum questionamento a isso. As vozes que se levantam são imediatamente colocadas sobre suspeita - de estarem sendo usadas pelo de Moscou, dos interesses das multinacionais em relação a internacionalização da Amazônia. Esse quadro é extremamente não só anti-democrático, mas me parece, eu isso até numa sinopse de perigosa previsão de um sistema golpista em curso no país. Eu acho que contra essas forças o PT tem que marcar a sua defesa intransigente desses interesses das populações indígenas. Eu acho em relação a questão camponesa. Existem problemas, existem áreas do Brasil onde há conflitos entre posseiros, não se pode trabalhar idealisticamente a realidade. Existe em alguns momentos uma tradição dentro do regime? brasileiro de ser/absolutamente refratário aos outros interesses que não os dos índios, ou pelo menos na aparência seria isso. Então problemas como por ex. da indenização de posseiros situados dentro da área indígena, o problema da retirada dessas populações segundo critérios humanos, adequados, etc. tudo isso tem que ser incorporado dentro do programa do PT que não pode evidentemente banir as populações que ele considera e percebe dentro de sua área/por uma estrutura agrária completamente decadente. Eu acho que esse tipo de clivagem é importante - os inimigos de uma política indigenista a ser efetuada teriam que estar visualizados de um modo muito claro dentro do Programa. Eles são concretamente a nível do governo a, determinados setores , a nível de sociedade civil são uma série de pontos que se localizam entre eles a UDR , talvez seja a mais forte. Entidades como o IBAM a nível governamental também que articulam interesses profundamente negativos... Enfim, eu acho que é impossível que se utilize um programa com instrumento de ação e de determinação de ações x,y, ou z, omitindo o quadro de conflitos políticos que vão surgir



decorrentes de qualquer uma das posturas existentes quanto aos índios. Rejeitar hoje a política de colônia não é simplisticamente como alguns parlamentares democráticos, democratismo só formal, ... Não é uma coisa muito simples defender os interesses dos índios. Rapidamente esses congressistas começam a perceber que os interesses dos índios não são perseguidos por monstros, demônios, ou tarados, não, são interesses/maiores^{econômicos} articulados com forças/^{do}empresariado, com forças políticas significativas, com órgãos do governo que têm o maior poder atualmente e que, então, a questão é pesada. qualquer ação de defesa dos interesses indígenas. Bom, eu acho que pra entrar na fase final das minhas observações que algumas indicações poderiam ser feitas. Indicações que seriam ao nível de generalidades muito grandes - não poderia ser de outra forma até por compatibilidade com política teórica, com essas coisas que eu falei no início. Talvez um dos pontos que a gente pode pegar seria uma avaliação quanto a política indigenista oficial. Aparentemente uma coisa muito concensual é que essa política é equivocada. Mas onde ela é equivocada?; Quais as alternativas pra ela?. Em termos de crítica nós não vamos nos num conjunto de outras que existem por aí . É fundamental ter uma clareza pra isso pra/^{criar}ou^{recriar} dentro de uma situação modificada estruturas absolutamente anacrônicas em termos de ação. Uma discussão que normalmente polariza antropólogos, indigenistas, e atualmente os parlamentares ligados a questão indígena é onde é o correto ponto de inserção na máquina administrativa da Fundação Nacional do Índio. É uma discussão antiga, o SPI na sua história teve em vários lugares - Ministério da Agricultura, Ministério do Exército, Trabalho, etc. A Funai comandada pelo Ministério do Interior, acho que atualmente ela é no Ministério do Interior mas na realidade ela é da todo mundo sabe a em relação a isso. Enfim , essa discussão que polarizou muito tempo os grupos e que eu acho que ainda hoje encaminhar os grupos fossem tentar montar um programa inter-partidário teriam dificuldade em relação a isso porque há uma visão extremamente ingênua de que o aparato protetor sobre o índio ele é bom, só que ele é impotente pra defender melhor os interesses dos índios, é o que está sendo colocado nos textos da o que é repetido em ensaios , artigos de jornal atuais, até de hoje mesmo, como está no JB... Enfim, há uma visão de que realmente a Funai não faz mais em benefício dos índios porque ela não tem poder pra isso, tal qual Rondon dirigiu o destino dos índios - no momento em que ele tinha um alto cacife político os índios estavam bem, no momento em que a estrela dele estava em baixa os índios tavam mal. Quer dizer esse tipo de visão simplificativa é extremamente negativa, inadequada, perigosa mesmo. Quando a gente vai pensar nas estratégias mais elaboradas por esse grupo era que o melhor lugar pra Funai seria a Presidência da República, era o sonho dos indigenistas. O que hoje acontece com a era o sonho... realmente seria ganhar na loteria esportiva pra os indigenistas. Na verdade isso já aconteceu. Hoje realmente a Funai é um prédio... você vai lá atende os índios, não atende, etc. Mas as decisões e os quadros e as políticas são preparados dentro da , contíguo a sala do presidente da república. Então esse tipo de combinação é extremamente simplificadora, nociva, ela gera uma série de ideologias paternalistas, assistencialistas, inócuas, e tem que ser removidos?... Eu acho que a Funai tem



que ser pensada principalmente dentro do quadro como símbolo político que o índio é, e dentro do programa do partido dos trabalhadores, tem que ser pensado primordialmente como um aparelho repressor, como estrutura e aparelho de poder que foi criado pra gerar as demandas, as reivindicações dos próprios índios, pra lideranças, pra temas, reivindicações, ... então realmente essa máquina de poder, aparelho de poder especializado. Esses aparelhos de poder produzem outras determinações que não são dos interesses das populações indígenas. Então nesse quadro é importante a gente retomar com a própria análise Em primeiro lugar um aparelho desse tipo representa os interesses não das populações indígenas nem de seus patronos humanitários,, galeria de heróis, ou qualquer coisa do gênero, isso aí representa os interesses de uma burocracia do Estado, em 1º lugar, uma burocracia do Estado que pretende no seu lugar, instaurando um certo padrão de dominação sobre eles e também de clientela, claro, pra usar aquilo até como uma forma de perpetuação do seu domínio, mas primeiro de tudo é como mecanismo de dominação. 2º lugar - um aparelho desse tipo tem uma função que não pode ser minimizada - é uma função de das situações, quer dizer - a Funai lida com índios, os padrões de ação dela não são feitos pra yanomami, pra tikuna, pra terena, pra kaiapó, pra ninguém, são feitos pra índio em geral...

Lado 2

... a demarcação das áreas indígenas até a assistência unificada de saúde, até a relação que vai ser definida entre o chefe do posto e o grupo tribal, tudo isso por cima da diversidade cultural, da diversidade histórica, enfim, dos processos que estão em curso dentro dessas áreas. Um outro fator que é importante pensar e que torna ele politicamente perigoso, não um aliado que tem que se tomar conta desse aparelho, utilizar em benefício dos índios... mas alguma coisa que precisa e terá que ser destruído por alguma ação democrática do governo. quer dizer, esse aparelho não tem volta, não tem conversão, ele já está com a sua rota marcada, com as suas regras definidas, com o seu pessoal estruturado, com a sua rotina, com seus hábitos, etc. Ele vai funcionar sempre naquela rota contra os índios, o máximo que ele pode é substituir uma atuação marcada de violência com o paternalismo que vai ser tão agressor contra a cultura e as tradições deles Acho que do ponto de vista técnico por ex. é uma coisa a ser observada - a Funai como órgão indigenista ela destrói questões políticas, ela destrói lideranças, processos de mobilização tal qual o Ministério do Trabalho em relação a mobilização sindical ou outra coisa do gênero. Nós não podemos atrelar reivindicações a estrutura do Estado que são feitas pra gerar falsos problemas e falsas demandas. Então realmente nesse aspecto eu acho que teria que ser muito radical, e um governo petista, ou uma política com a proposta do PT em relação a política indigenista deveria passar primeiro por por uma visão de absoluta democratização dessa máquina de poder existente. Eu acho que revisão, destruição dessa máquina, e reestruturação dela segundo outros critérios. Quem tem que dirigir essa máquina em algum momento teria que ser a própria população beneficiária. Tem que ser os próprios índios e os grupos que

tem com eles conexões e específicas. Eu acho que pensar uma coisa como a Nova Funai, aberta, democrática, etc. também não é adequado, é uma resposta equivocada, ela não pode existir enquanto referência política maior esvaziando a, esvaziando as lutas localizadas, ela tem que desaparecer desse plano, acho, provocação até pra discussão, e se transformar simplesmente numa coordenação com um aparato técnico que seria dado por advogados, e um corpo de técnicos - antropólogos, linguistas, etc. que seria uma espécie de e ajudariam a delinear certas certas linhas de ação, mas o fator político primordial tem que ser dado pela presença de representantes autorizados pelos índios. Dentro dessa coordenação deveria haver também políticas públicas, e de outros órgãos públicos porque se não abriria uma permanente na hora da ação. Mas eu acho que a nível de execução e a nível de elaboração de uma proposta pra qualquer área a solução não pode vir de Brasília, de uma coordenação geral de um órgão do governo, isso tem que surgir da luta dos próprios grupos com seus aliados específicos e com as soluções que eles acham melhor Ainda que seja..... contra qualquer mediação governamental. Eu acho que montar uma estrutura desse gênero, que articula uma profunda abertura pra diferença, pra pluralidade, e também pro nível local é um desafio, mas é um desafio que valeria a pena ser executado por uma proposta radical de administração pública Simplesmente tomar a máquina da Funai e colocar lá dentro um antropólogo, um índio, ou qualquer coisa é uma proposta inteiramente absurda. Seria o mesmo que a gente nomear pra ministro do trabalho com um quadro de leis existente de articulação a gente indicar uma pessoa ligada a sindicatos. Não ia fazer nada, ia ser engolfado pela máquina. Isso eu acho que ficaria talvez como primeiro ponto - primordialmente democratização, e o segundo ponto que me parece muito importante, eu vou entrar menos nisso, eu acho que em seguida outras pessoas vão falar - é a questão do cumprimento das leis e da garantia aos direitos individuais coletivos dos índios. Eu acho que isso é especialmente positivo, deve ser tratado com muito carinho em termos do programa do governo petista. Eu acho que também em relação ao movimento camponês nem sempre é dado um destaque adequado pra isso, mas realmente que se crie estruturas, mecanismos, formas no próprio Estado quanto a punição de determinados crimes é um fator primordial pra que os movimentos inclusive decolem, e as reivindicações fluam normalmente. Enquanto existirem permanentemente massacres com populações indígenas, enquanto existir o pistoleiro de aluguel que a qualquer momento pode receber um dinheiro e matar uma liderança ou um índio, a luta autêntica desses grupos vai ser sempre cerceada, ela vai virar a todo momento mais uma tragédia aí pra as notícias nacionais e internacionais do que uma vitória efetiva do ponto de vista histórico. Então eu acho que o cumprimento da lei que vai desde o cumprimento da constituinte até quem matou Marçal de Souza, quem matou os tikuna, quem tá invadindo a área yanomami... Eu acho que esse tipo de balanço não é coisa menor, também não é a revisão, o famoso tribunal do povo pra todos os seus inimigos. Isso é um instrumento imprescindível pra se criar credibilidade pra que os movimentos sociais afluam de um modo livre. Se não nós caímos sempre nessa de bater palmas pros mortos e de pra fora a tragédia brasileira que continua sem solução, e continua em muitos momentos sem ter os atores primordiais as bandeiras e encaminhar as soluções.